

## ANEXO I - DECLARAÇÃO

1 \_ Jorge Joaquim Valente das Neves Gameiro, C.C. 04488719, com morada em Rua do Vale Grande S/N \_ 3100 – 081 Albergaria dos Doze, NIF: 175573093, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Prestação de serviços, em regime de tarefa – Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana – arquivo \_ Processo N.º 016/AJD/SA/17, declara sob compromisso de honra, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 \_ Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que Junta em anexo:

- a) Proposta de preço, em conformidade com o anexo II ao presente convite;
- b) Certificado de habilitações;
- c) Curriculum Vitae;
- d) Apólice de seguro de acidentes de trabalho, para trabalhadores independentes;
- e) Declaração subscrita pelo concorrente, com indicação da situação na qual se encontra à data da apresentação da proposta, em conformidade com o anexo III ao presente convite.

3 \_ Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 \_ Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 artigo 71.º da lei n.º 19/2012, de 08 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do código do trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, da sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao

pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes;

- i) Participação em actividade de uma organização criminosa tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na acessão do artigo 3.º do ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude na acessão do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na acessão do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 \_ O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos Públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 \_ Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 \_ O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Albergaria dos Doze, vinte e sete de Março de 2017;

Assinatura:

*Jorge Joaquim Valentim das Neves Gomes*